

## **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: ATUANDO PARA COM O FORTALECIMENTO DAS MULHERES DO CAMPO.**

Mônica Batista da Silva

*Graduanda do curso de licenciatura em pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA. monicabatista.ufpe@gmail.com*

Vannessa Rebeca Santana Aquilino

*Graduanda do curso de licenciatura em pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA. Vannessarebeca94@gmail.com*

**RESUMO:** O presente artigo trata-se de um relato de experiência, cujo objetivo é descrever a vivência do estágio supervisionado desenvolvido na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), bem como a proposta de intervenção realizada com mulheres do campo. Para tal elencamos os seguintes objetivos específicos: apresentar a aproximação com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a partir do Estágio Supervisionado; e apontar as contribuições da proposta de intervenção do estágio, relatadas a partir da fala das mulheres do campo. Recorremos aos estudos de Gohn (1995-2008) para tratarmos do conceito de sociedade civil e movimentos sociais; Caldart (2004) discutindo o papel do professor da Educação do campo; Brasil (2003) para apresentarmos como foi criada a SPM; Freire (2005) apresentando a educação como caminho para a mudança social e Pateman (2013) que discute o patriarcalismo. Quanto à metodologia tratamos de uma pesquisa-ação conforme André (1995), como instrumento de coleta de dados utilizamos a observação com registro em diário de campo na acepção de Barbosa (2010). Em relação à análise dos dados, lançamos mão da análise de conteúdo segundo Franco (2008). Como participantes tivemos quinze mulheres camponesas. Quanto aos resultados relatamos que a aproximação com a SPM, a partir do estágio supervisionado em movimentos sociais, se efetivou de forma acolhedora e de muito aprendizado; os dados nos apresentam que o projeto de intervenção desenvolvido com as mulheres do campo foi muito significativo para elas, pois representou um momento de troca de experiências e saberes.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado, Movimentos Sociais, Mulheres do campo, Direitos.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo trata-se de um relato de experiência que parte do exercício de estágio de formação proposto na disciplina Estágio Supervisionado IV, componente curricular obrigatório do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-CAA), cuja meta é a aproximação dos/as graduandos/as com as vivências educativas nos espaços não escolares e ou Movimentos Sociais. Assim, apresentamos aqui o desenvolvimento do estágio supervisionado na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres.

A escolha deste espaço para realização do estágio justifica-se pelo interesse e afinidade a luta em defesa da mulher, assim, a aproximação de movimentos sociais voltados para com a visibilidade feminina foi nossa primeira escolha, buscamos nos aproximar daqueles em que pudéssemos compreender como são desenvolvidas ações direcionadas especificamente para a população feminina. Diante desse interesse escolhemos como instituição campo de observação do estágio em

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

movimentos sociais a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), situada estrategicamente no centro da cidade de Caruaru-PE.

Assim, este artigo tem como justificativa primeira uma inquietação pessoal em sistematizar a vivência do estágio, bem como compartilhar esta experiência, ao entendermos que este estudo torna-se um elemento importante à medida que socializa uma discussão articulada a instituições que defendem e lutam pela qualidade de vida das mulheres. Nessa direção, partindo de inquietações pessoais e acadêmicas, esta produção procura responder a seguinte problemática: Como se materializou o desenvolvimento do estagio supervisionado na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, bem como a proposta de intervenção realizada?

Partindo dessa enunciação apresentamos que temos como objetivo geral deste artigo descrever a experiência do estagio supervisionado desenvolvido na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, bem como a proposta de intervenção realizada com mulheres do campo. Para tal elencamos os seguintes objetivos específicos: apresentar como foi vivenciada a aproximação com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres a partir do estágio supervisionado; e apontar as contribuições da proposta de intervenção do estágio, relatadas a partir da fala das mulheres do campo.

## **CAMINHO METODOLÓGICO**

Do ponto de vista metodológico tratamos aqui de uma pesquisa-ação, que conforme André (1995) envolve sempre um plano de ação, que se baseia em objetivos, em um processo de acompanhamento e controle da ação planejada e no relato concomitante que muitas vezes recebe o nome de intervenção.

Como instrumento de coleta de dados utilizamos a observação com registro em diário de campo, que segundo Barbosa (2010), “é entendido aqui a partir da trílice perspectiva: formação para a pesquisa; para a escrita e, principalmente, formação de si como autor de sua atuação no social da vida cotidiana” (p.15). Assim, os dados deste estudo são constituídos a partir de extratos de falas.

Quanto à análise dos dados, lançamos mão da análise de conteúdo, que segundo Franco (2008) “O ponto de partida de análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido” (p. 19). Desta maneira, traçamos nossa análise a partir das falas das nossas quinze

participantes, que por sua vez foram mulheres camponesas. Assim, as tratamos aqui como Maria 1, Maria 2, Maria 3, e assim respectivamente.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **A aproximação com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres a partir do Estágio Supervisionado em Movimentos Sociais**

Para Gohn (1995), apesar de não haver uma definição única e universalizante de movimentos sociais entende-se que representam o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto inspirado pela construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas fundantes da sociedade atual. Segundo ela:

(...) movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995, p. 44).

Nesse sentido ela compreende os movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Diante do exposto, podemos dizer que os movimentos sociais surgiram a partir da luta de pessoas da sociedade civil que se encontravam de alguma forma excluídas ao acesso aos direitos sociais, a uma vida digna, à educação de qualidade, saúde, moradia e trabalho.

Sintetizando, a sociedade civil foi se organizando e dando origem a diversos movimentos sociais, com fundamentos e princípios específicos. Sabendo que um movimento social manifesta-se a partir de uma necessidade comum, eis que surge organizações de mulheres compostas por quem há muito foi caracterizada como inferior e submissa. Na verdade, a história da humanidade já traz, desde o início de sua constituição, o traço da inferiorização, forjada por meio da exploração da mulher, gerando a desigualdade entre homens e mulheres que se desdobra nas diversas formas de violência. Deste modo, a presença da mulher nas lutas sociais é histórica e em meio à

organização de diferentes movimentos sociais originaram-se também aqueles constituídos e voltados para a defesa dos direitos das mulheres.

Assim, como resultado da luta das mulheres para garantir políticas públicas que promovam a equidade de gênero no nosso país, calcada na confiança desses movimentos de que as instituições democráticas poderiam cumprir esse papel foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres, através da Lei n. 10.683 de 28 de maio de 2003, onde apresenta:

Art. 30, inciso IV, transforma a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o art. 22, trata das competências e da organização desta Secretaria. O artigo 1º, parágrafo 3º, inciso III, denomina a Secretaria como órgão integrante da Presidência da República. (BRASIL, p. 03, 2003).

Nesse sentido, as Secretarias de Políticas para as Mulheres foram criadas através da Medida Provisória 103 de 2003, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou a antiga Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada à presidência da República. Desde então ela vem se firmando como um órgão importante para a defesa dos direitos das mulheres de maneira a desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania.

Nesses quinze anos a SPM participou, por exemplo, na elaboração da proposta que subsidiaria o texto da Lei Maria da Penha, aprovada em 2007. Outras políticas do Governo Federal passaram a privilegiar as mulheres como beneficiária, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Até mesmo o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), principal política do Governo Dilma, inclui no conjunto de investimentos a construção de novas creches. Outro efeito político interessante da criação da SPM foi que nesses últimos anos vem crescendo o número de secretarias e diretorias para as mulheres nos estados e municípios de todo o país. Nesta perspectiva o avanço vem se efetivando e a prova dessas conquistas são os Planos de Política Nacional para as Mulheres.

Durante nossos momentos de observação constatamos que a Secretaria de Políticas para as Mulheres, trabalhando com as mulheres, para as mulheres e pelas mulheres, estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida das mulheres. Estabelecendo parcerias com diversas instâncias governamentais e não governamentais a SPM enfrenta as

desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes.

Partindo dessa perspectiva, podemos observar a partir do estágio que a Secretaria de Políticas para as Mulheres da cidade de Caruaru-PE, desenvolve suas ações a partir de três princípios centrais: 1.O enfrentamento a violência, 2.A saúde da mulher e 3.As políticas de cidadania e qualidade de vida. A partir do primeiro, compreendem que o enfrentamento a violência contra a mulher é um dever de todos e por isso, busca prevenir e conscientizá-las sobre os riscos e a vulnerabilidade pelas quais elas passam, assim como também sobre os direitos que as assistem. A partir do segundo princípio entende-se que a educação e prevenção são fundamentais quando o assunto é cuidar da saúde das mulheres. Por isso, a Secretaria de políticas para as mulheres juntamente com a rede de saúde do município de Caruaru, empenham-se em criar ações que ofereçam condições de atendimento digno para todas as mulheres. O terceiro princípio que tem como eixo as políticas de cidadania e qualidade de vida tem por finalidade incentivar e promover a qualificação profissional, a autonomia econômica, o empoderamento, oferecer lazer, moradia, cultura e uma vida mais digna a todas as mulheres.

Assim, tendo como base tais princípios a Secretaria de Políticas para Mulheres procura está presente em todos os espaços que tratem de temáticas voltadas para as mulheres e busca promover nos mais diferentes ambientes, bem como nos bairros da cidade, rodas de diálogos, palestras e formações com toda equipe escolar.

No período em que realizávamos o estágio a SPM possuía como projetos em andamento o Balcão de Atendimento a Mulher que conta com uma equipe multidisciplinar que faz um acolhimento psicossocial voltado para mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade que não correspondem a violência doméstica e familiar, isto é, assédio sexual e moral no trabalho, discriminação racial e violência urbana. A Caravana Tecendo Direitos para as Mulheres é um projeto organizado por diversas instituições<sup>1</sup> que tem como objetivo levar palestras sobre enfrentamento a violência contra a mulher e ações de cidadania para os bairros e localidades rurais com altos índices de violência contra a mulher. O Cine no Campo, é um projeto que tem como intuito proporcionar as mulheres do campo momentos de lazer e de reflexões sobre o empoderamento feminino através de filmes e rodas de diálogos. No âmbito escolar está sendo fomentado o Programa Maria da Penha vai a Escola, que tem por finalidade discutir as questões ligadas ao enfrentamento a violência em conjunto com toda população escolar. As ações consistem em palestras e rodas de diálogos, esta sendo realizado

---

<sup>1</sup> Vara de Violência Domestica e Familiar Contra a Mulher, centro de referencia da Mulher Maria Bonita, ministério Publico, núcleo de praticas Jurídicas da ASCES, Núcleo de gênero da ASCES.

também um levantamento do histórico de mulheres do município de Caruaru que tornaram-se nome de escolas e construindo uma cartilha informativa que tem como foco conscientizar de forma lúdica crianças e jovens a partir da lei Maria da Penha.

Percebemos a partir destes projetos uma forte articulação entre a SPM e as escolas, nesse sentido, Gohn (2008) coloca que a relação dos movimentos sociais com a educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais, ocorrendo de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações que comumente denominamos de educação não-formal.

Como apresentado anteriormente durante os momentos de observações na instituição, tivemos a oportunidade de conhecer diferentes projetos os quais são desenvolvidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, um destes como mencionado foi o Cine no Campo. A partir dele a instituição aproxima a comunidade campesina dos diferentes e significativos filmes. Em conversa com uma das pedagogas do espaço foi nos apresentado a necessidade de uma aproximação mais intensa com os sujeitos do território campesino, especificamente com as mulheres, tendo em vista a ausência de diálogos voltados para com visibilidade dos direitos destas mulheres do campo.

Assim, procurando suprir tal necessidade apresentamos a possibilidade de uma aproximação com as mulheres da comunidade campesina localizada no sítio Via da Morte, tendo em vista o histórico do patriarcado que fortemente se manifesta na vida destas mulheres. Localizado as margens da Br 104, o Sítio Via da Morte fica ao lado da Vila de Cachoeira Seca (Lampião), e por isso é confundido como se fizeste parte da vila. O sítio Via da Morte inicialmente foi predominantemente habitado pelo Movimento de Trabalhadores Sem Terra, mas atualmente se constitui a partir de pequenos loteamentos. A população presente pertence à classe média baixa e possuem como principais fontes de renda a agricultura, criação de animais e a costura do jeans. Alguns homens saem de suas casas para ir trabalhar nos centros urbanos, ao contrário das mulheres que predominantemente ficam em casa responsáveis pela dupla jornada de trabalho “dona de casa e costureira”.

A partir do exposto, desenvolvemos um projeto de intervenção para ser realizado com essas mulheres do campo, desta maneira, procuramos a seguir descrever como o mesmo se materializou.

## **As contribuições da proposta de intervenção do estágio relatadas a partir da fala das mulheres do campo.**

Como apresentado anteriormente nosso projeto de intervenção teve como público alvo mulheres do campo. Assim, antes de iniciarmos a construção do projeto procuramos estudar sobre o papel do educador que atua território campesino, sobre isso Caldart (2004) afirma que:

É educador aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social..., seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos (CALDART, 2004, p.25).

A partir desta perspectiva procuramos desenvolver um projeto de intervenção que tivesse a reflexão crítica articulada ao tema “direitos das mulheres”. Partindo deste princípio, o projeto teve como objetivo contribuir para com a reflexão sobre a importância dos direitos das mulheres, colaborando para com o processo de empoderamento das mesmas. Assim, teve como objetivos específicos: explicar o que é o patriarcado e empoderamento feminino e discutir a importância das principais leis que asseguram os direitos da mulher.

Justificamos o desenvolvimento deste projeto pela relevância que o mesmo possui, uma vez que pôde ajudar a SPM a se aproximar do território campesino, como também para com o processo de empoderamento das mulheres da comunidade do Lampião, das quais a maioria desconhecem seus direitos legais e não se reconhecem como mulheres capazes e independentes. Nesta perspectiva contribuir também para com o conhecimento dos diferentes espaços responsáveis pela criação de ações e assistência as mulheres, a exemplo à própria SPM, o Centro de Referência Maria Bonita, a Delegacia da Mulher dentre outras. A seguir procuramos descrever como se efetivou cada momento desse projeto de intervenção.

*Primeiro momento:* iniciamos a acolhida às mulheres com uma dinâmica de apresentação “o espelho”. Colocou-se um espelho dentro de uma caixa de maneira, as mulheres foram orientadas que dentro da caixa estava uma foto de uma mulher famosa que precisava ser descoberta. Assim a caixinha foi passando de mulher para mulher e estas precisavam falar sobre a foto da pessoa que estava a enxergar, isto é, inicialmente todas pensaram que tratava-se de outra pessoa mas a medida que a caixa foi passando foram vendo que precisavam se apresentar e falar de si mesmas. Após esse momento onde cada uma pôde conhecer melhor a outra, iniciamos uma roda de conversa, de maneira a discutir sobre o que elas entendiam referente o patriarcado e empoderamento feminino.

Para Pateman (2013, p. 62), “(...) o patriarcalismo se baseia no apelo à natureza e no argumento de que a função natural da mulher de procriar prescreve seu lugar doméstico e subordinado na ordem das coisas”. A partir do exposto, a história traduz a realidade desigual vivenciada pelas mulheres em relação ao homem. Assim, ponderamos que a emancipação e autonomia das mulheres precisa implicar uma transformação na organização social.

Ao final desse primeiro momento perguntamos se elas haviam gostado, uma das mulheres respondeu:

Foi interessante a brincadeira com o espelho porque eu tava pensando que era uma mulher bem importante, aí quando eu vi que dentro da caixa tinha um espelho e que a mulher era eu mesma foi bom, pensei “perai, eu também sou uma mulher importante!” Às vezes a gente só nota isso quando precisa falar da gente mesmo pra outras pessoas (MARIA 9, MAIO DE 2018).

A partir da fala dessa mulher observamos o quanto foi significativo o desenvolvimento dessa dinâmica de acolhida, pois as mulheres puderam voltar seus olhares para si mesmas e perceberem que são mulheres tão importantes quanto qualquer outras.

*Segundo momento:* a intenção deste momento foi fazer refletir sobre os discursos e situações que envolvem o papel da mulher. Assim, apresentamos o vídeo “Vida Maria<sup>2</sup>” e pedimos que as mulheres falassem um pouco sobre ele. Foi nos apresentado então o seguinte comentário:

Antigamente era muito difícil ir à escola, mas hoje os tempos mudaram né? As pessoas têm mais condições. Eu acho que mesmo que a gente não teve direito de ir a escola a gente tem que incentivar nossos filhos a ir porque a escola é tudo, ajuda a gente a ter mais oportunidades (MARIA 1, MAIO DE 2018).

A fala desta mulher nos remete ao desafio que a população do campo enfrentava para ter acesso às escolas, qual a maioria se localizava na cidade. Alegamos-nos em saber que hoje estas mulheres incentivam as futuras gerações ao direito a educação. Segundo Freire (2005), diversos autores concordam que a educação é um instrumento para o desenvolvimento político, econômico e social. No entanto, a forma como as políticas educacionais estão postas na sociedade brasileira, não permite a potencialização do processo educativo como instrumento que visem uma mudança na estrutura social.

---

<sup>2</sup> Uma menina de cinco anos de idade se diverte aprendendo a escrever o nome, mas é obrigada pela mãe a abandonar os estudos e começar a cuidar dos afazeres domésticos e trabalhar na roça. A história vai se repetindo de geração a geração. Disponível em: <https://www.youtube.com/vidamaria>.

Dando continuidade a este momento de reflexão apresentamos a música “mulher<sup>3</sup>” de Erasmo Carlos. Após as mulheres ouvirem a música foi comentado:

Parece que a mulher é o sexo frágil, mas não é não. A gente é muito é da forte sabia? A gente cuida da casa, da roça, dos animais, quase morre no parto pra colocar os filhos no mundo e isso num é pouco. A gente faz muita coisa ao mesmo tempo, esse negócio de frágil é conversa (MARIA 8, MAIO DE 2018)

Ponderamos que a música ajudou as mulheres a perceberem o quanto são fortes no dia a dia e que ao contrário do que nos fazem acreditar, não são o sexo frágil.

*Terceiro momento:* A intenção deste momento foi apresentar e discutir sobre as principais leis que asseguram os direitos da mulher. Para isso utilizamos alguns cartazes com o nome de algumas leis, os quais espalhamos no chão e fomos explicando uma a uma. Para realização deste momento fizemos uso da seguinte tabela:

<b>Algumas Leis que asseguram os direitos das mulheres</b>			
<b>Lei Federal n. 11.340, de 2006. Maria da Penha.</b>	<b>Lei Estadual n. 21.043, de 20013. Igualdade de gênero.</b>	<b>Lei Estadual n. 18.879, de 2010. Licença Maternidade.</b>	<b>Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Assédio sexual.</b>
Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Dispõe sobre a promoção de igualdade entre homens e mulheres. A Constituição Federal estabelece a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações, sem distinção de qualquer natureza: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.	Dispõe sobre a promoção, por 120 dias da licença-maternidade, no âmbito da administração pública direta. Durante este período, recebe sua remuneração em forma de salário-maternidade.	O assédio sexual no ambiente de trabalho consiste em constranger colegas por meio de cantadas e insinuações constantes, com o objetivo de obter vantagens ou favorecimento sexual. Essa atitude pode ser clara ou sutil, falada ou apenas insinuada, escrita ou explicitada em gestos, vir em forma de coação ou, ainda, em forma de chantagem.

Após a discussão sobre essas leis e quanto são importantes para assegurar os direitos das mulheres ouvimos de nossas participantes da intervenção que desconheciam quase todas

<sup>3</sup> A música apresenta uma reflexão sobre a mulher ser ou não o sexo frágil.

elas, menos a lei Maria da Penha, o que segundo nossas participantes é a mais visibilizada.

*Quarto momento:* Neste último momento finalizamos nosso encontro com a construção de cartazes que expressassem as aprendizagens e os sentidos da participação neste projeto de intervenção. Assim, poderíamos perceber o que ficou marcado para essas mulheres depois de todos esses momentos de partilha de experiências, de discussão e reflexão sobre os direitos das mulheres. Ao analisar os escritos nos cartazes ficamos felizes, pois haviam colocado que gostaram muito e que foi um momento de troca vivencias e novas aprendizagens, destacando que gostariam que momentos como esse se torna-se mais constante.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procuramos a partir deste relato descrever a experiência do estágio supervisionado desenvolvido na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, bem como a proposta de intervenção realizada com mulheres do campo.

Diante do exposto, ao retomarmos nosso primeiro objetivo específico que se concentrava em apresentar como foi vivenciado a aproximação com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres a partir do estágio supervisionado, observamos que se efetivou de forma acolhedora e de muito aprendizado, pois tivemos a oportunidade de aprender sobre a história e origem da construção da SPM, bem como seus princípios e ações desenvolvidas.

Quanto ao segundo objetivo específico que se propôs a apontar as contribuições da proposta de intervenção do estágio em parceria com a SPM relatadas a partir da fala das mulheres do campo, os dados nos apresentam que foi muito significativa, pois representou para as mulheres do campo um momento de troca de experiências e aprendizagens, onde puderam refletir sobre sua importância, onde não devem se submeter a situações de violência e maus tratos, conhecer leis que asseguram os seus direitos e espaços onde a partir dos quais elas podem contar com orientação e auxílio caso precisem de ajuda.

Nossa aproximação com as mulheres também nos fez pensar em como podemos cada vez mais possibilitar momentos de discussão para auxiliar e ajudar as mulheres em seu processo de empoderamento. Em relação às contribuições dessa experiência para nossa formação, consideramos o quanto foi valiosa para entendermos que os espaços não escolares também educam e desenvolvem atividades de ensino, atividades que precisam ser mais incentivadas pelos órgãos públicos.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves. **O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo/** Joaquim Gonçalves Barbosa, Remi Hess – Brasília: Liberativo, 2010.

**BRASIL, Presidência da República. Disponível em:** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/110.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/110.683.htm). Acesso em: 11 de maio de 2018.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Verbete: Educação, 2004.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3ª Ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo, Brasil: Cortez, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. Editora: Cortez, 41ª ed. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**. 2. Ed. – São Paulo, Cortez, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Convênio IBGE Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/spm.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2018.

PATEMAN, C. **Críticas feministas à dicotomia público/privado**. In: MIGUEL, F. L.; BIROLI, F. (Org.). Teoria política feminista: textos centrais. Vinhedo: Horizonte, 2013.